



ADFA



**ÓRGÃO
DA ASSOCIAÇÃO
DOS DEFICIENTES
DAS FORÇAS ARMADAS**

Ano XVI - N.º 183

DIRECTOR: PATULEIA MENDES

Mensário — Dezembro — 1989 — 60\$00

DIA NACIONAL DO DEFICIENTE

**ADFA recebe candidatos à Presidência
da Câmara Municipal de Lisboa**

- Jorge Sampaio garante empenho no apoio autárquico à nossa Associação



FESTAS DE NATAL

**dedicadas aos «nossos» filhos
são momentos altos
de convivência associativa**

NOVA SEDE

- Garantidos os apoios governamentais, segue-se a adjudicação da 1.ª fase da obra
- Campanha de Fundos a um mês (!) dos 2 mil contos



GRANDE ACTIVIDADE EXTERNA

- na FMAC
- no CNR
- em Macau

(Páginas centrais)

PROSSEGUEM CONTACTOS

- Secretarias de Estado da Defesa e da Cooperação
- Chefia do Estado-Maior-General das Forças Armadas

(Página 5)

FORMAÇÃO PROFISSIONAL

- Novos cursos em 1990
- Sócio «formado», cooperante em Angola

(Página 10)

ÚLTIMA HORA:

- Ministério da Defesa Nacional atribui mais mil contos!
- Continuam contactos com Ministérios do Emprego e das Finanças!



Presidência da República



No regresso da recente viagem do dr. Mário Soares a vários países africanos, o Presidente da Direcção Central teve ocasião de enviar ao Presidente da República o seguinte telegrama:

«A Associação dos Deficientes das Forças Armadas saúda V. Ex.ª no regresso visitas de Estado efectuadas Países Africanos.

Reconhecidos homenagem V. Ex.ª militares portugueses mortos combate Guiné-Bissau.

Gesto corajoso e pioneiro V. Ex.ª fundamental para encarar sem complexos guerra colonial todas suas vertentes.

O Presidente da ADFA.»



— 1.º Dezembro

Como é tradicional, coube à Sociedade Histórica da Independência de Portugal a organização das comemorações do Dia da Restauração, tendo para as mesmas sido convidada a ADFA que fez representar pelo Presidente da sua Direcção Central, José Arruda.

Este ano, após as cerimónias junto ao Movimento dos Restauradores, com o içar de Bandeiras, alocações alusivas e deposição de flores, seguiu-se recepção no Palácio da Independência ao Primeiro-Ministro, para assinatura do Livro de Honra daquela instituição.

ADFA
AOS MICROFONES



No dia 30 de Novembro o Presidente da DC, José Arruda, esteve no «Programa da Manhã» da Antena Um, a convite de João Paulo Dinis para, com outras pessoas que viveram a guerra colonial, nomeadamente na Guiné, debaterem e falarem sobre o significado do gesto do Presidente da República, dr. Mário Soares, ao depositar uma coroa de flores junto ao monumento aos militares portugueses mortos naquele território.

Rádio Renascença

Em princípios de Dezembro, o dr. Sarmiento Coelho, responsável pelo Departamento de Formação Profissional da Sede, esteve na Rádio Renascença num programa/debate sobre o «Forum Estudante» que dentro de dias iria abrir na FIL e onde a ADFA esteve representada (ver notícia neste ELO).



Rádio Foz do Ave

No dia 9 de Dezembro, «Dia Nacional do Deficiente», o 1.º-Secretário da DC e Director do ELO, Patuleia Mendes, esteve no ar, via telefone, na Rádio Foz do Ave, Vila do Conde, em entrevista conduzida por João Caseiro e onde foram tratados assuntos relativos à data e à nossa Associação.

VI Colóquio da Imprensa Militar



Realizando-se já nos próximos dias 9, 10 e 11 de Janeiro o VI Colóquio da Imprensa Militar, em organização do Jornal do Exército e coincidindo com as comemorações do seu 30.º aniversário, em resposta ao convite recebido, o ELO estará presente nas pessoas do seu Director e do Chefe de Redacção, respectivamente Patuleia Mendes e José Sande.

Dia Nacional do Deficiente



Aproveitando o facto de a data do «Dia Nacional do Deficiente» calhar no período de campanha eleitoral autárquica, a Direcção Central convidou os candidatos à Presidência da Câmara Municipal de Lisboa, de Partidos com assento na Assembleia da República, para uma apresentação pública, na Sede, dos respectivos «programas» para a área dos deficientes.

Tendo, por todos, sido aceite o convite, de tal sessão se dá notícia noutra local.

Contactos oficiais



No âmbito dos contactos regulares a manter pela Direcção Central, com entidades oficiais, para tratamento de várias questões pendentes, a mesma foi recebida, neste período, pelos Secretário de Estado da Defesa Nacional, Secretário de Estado da Cooperação e Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas.

PUBLICIDADE NO ELO

Novo preçário para 1990 mas criando-se um ESPAÇO GRATUITO PARA SÓCIOS, além de outras regalias

Havendo necessidade de se reverem os preços de publicidade para 1990, porque muito desajustados os que vinham sendo praticados, resolveu-se criar um espaço de «pequenos anúncios» destinado aos sócios (em situação regular), além de lhes ser feito um desconto de 10% na publicidade normal.

São pois, as seguintes, as condições de publicação (preços sujeitos a 17% de IVA):

- «pequeno anúncio», até 10 palavras, sem contar nome, morada e/ou telefone (1 coluna, ± 2 cm alto) = **GRÁTIS** (só para sócios com quotas em dia);
- «módulo 1», 5 linhas/1 coluna = **350\$00**;
- «módulo 2», 10 linhas/1 coluna ou 5 linhas/2 colunas = **600\$00**;
- «módulo 4», 20 linhas/1 coluna ou 10 linhas/2 colunas = **1000\$00**;
- 1/6 de página = **12 500\$00**;
- 1/4 de página = **20 000\$00**;
- 1/2 página = **35 000\$00** e
- 1 página = **60 000\$00**.

módulo 2b

600\$00

módulo 4b

1 000\$00

VENDE-SE PRÉDIO

A ADFA vende um prédio para demolir, sito, na Rua do Embaixador, n.º 160 e 162, em Lisboa, composto por r/c e 1.º andar.

A venda será feita pela melhor oferta, aceitando-se propostas para venda do prédio ocupado ou desocupado, mediante opção do comprador.

Todas as informações pretendidas serão prestadas no Contencioso da ADFA, durante as horas de expediente.

As propostas com indicações precisas das condições, serão dirigidas ao GOS, em sobrescrito fechado, onde deverão dar entrada até 31/12/89.

A ADFA reserva-se o direito de não efectuar a venda caso o valor máximo proposto não seja por ela considerado adequado.

Nota de última hora:

Confirma-se que a nova tabela de vencimentos dos militares aprovada no último

Conselho de Ministros prevê, no seu texto, a actualização automática das pensões dos DFAs de acordo com o espírito e letra do Dec-Lei 43/76.

No que se refere ao cálculo dos novos quantitativos, estes são indexados ao res-

pequeno anúncio

módulo 1

350\$00

módulo 2a

600\$00

módulo 4a

1 000\$00

Duas notas:

● Lembra-se aos associados, quando for caso disso, que a declaração do IRS é entregue durante os meses de Janeiro e Fevereiro.

● Mais uma vez a Redacção se viu com problemas devido a falta de espaço, o que parece tornar-se crónico. Mas ainda bem, se isso corresponder a uma maior colaboração das Delegações, dos sócios e dos leitores.

De qualquer maneira, as nossas explicações por alguma notícia esperada e que não seja publicada.

pectivo «escalão» de tempo de permanência no posto à altura da passagem à reforma extraordinária ou por invalidez, o que significa equiparação aos vencimentos dos militares no activo com o mesmo tempo de serviço, no posto.



Propriedade, Administração e Redacção:
ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES DAS FORÇAS ARMADAS
Palácio da Independência
L. S. Domingos — 1194 Lisboa Codex
Tel. 346 21 67/8;

Composto e impresso: INTERPRESS Gráfica, Rua Luz Soriano, 67 — LISBOA

Tiragem deste número: 7500 exemplares

Redacção, secretariado, fotografia, revisão e maquetagem:
José Manuel Sande, Luísa Rodrigues e Armindo Roque.

SERVIÇOS EXTERNOS

PRECISA-SE

PARA LISBOA COM CARTA DE CONDUÇÃO

Contactar Serviço de Pessoal da ADFA/Sede

Telefs. 346 21 67 e 346 21 68

QUOTAS

Um dever que não pode ser esquecido!

De harmonia com o deliberado no III Congresso Nacional da ADFA, promoveu a Direcção Central contactos com a Caixa-Geral de Depósitos a fim de que se torne possível, rapidamente, o início da cobrança de quotas por via de desconto em conta bancária.

Este sistema de cobrança já há muito utilizados por outras instituições, designadamente sindicatos e diversas associações, permite, além de maior comodidade para o associado, uma maior capacidade de utilização e gestão de verbas por parte da ADFA, reduzindo, por outro lado, o volume de serviços na Sede e nas Delegações.

O argumento de que o pagamento da quota por comparação do sócio nas instalações da ADFA lhe permite, no mínimo, esse contacto com a organização, não nos parece muito válido.

Primeiro, porque a instituição e o associado têm de criar condições para que este a ela se desloque por militância ou por necessidade de todos os outros serviços que a ADFA lhe presta.

Segundo, porque o pagamento da quota, não interessa do qual a forma porque é feito, é, na essência, o primeiro acto de participação na vida associativa.

Aliás, vêm sendo praticadas já outras formas de pagamento de quotas por via indirecta, tais como o Vale Postal ou o envio de cheque, formas que de igual modo permitem ao sócio manter-se distanciado da vida associativa. Por outro lado e sendo um dever, a ADFA manter os associados informados para à sua volta se congregarem activamente, a circulação de informação, designadamente

A propósito, recorde-se que o valor das quotas para 1990 foi, como oportunamente indicado, fixado em 200\$00/mês.

através do Jornal ELO, será mais eficaz pela improbabilidade de corte do seu envio por atraso no pagamento de quotas.

No entanto, e quando se encontrar em condições de implementação esse futuro sistema de pagamento, previsivelmente semestral, terá o sócio que autorizar a ADFA a proceder ao desconto da quota em conta que indicará em documento próprio e que, para o efeito, oportunamente lhe será remetido.

Esta alteração, proporcionando, conforme indicado, maior comodidade ao sócio e maior maleabilidade de gestão por parte dos serviços financeiros da ADFA, vem, por outro lado, diminuir a possibilidade de atraso, quantas vezes involuntário, no pagamento de quotas, o que levou muitos sócios a afastarem-se do nosso convívio mais próximo, situação que também está a ser estudada, a fim de, depois de equacionada, ser proposta ao Conselho Nacional para encontro da solução mais adequada.

Por fim, é importante salientar que o esquema de pagamento que vimos a referir não altera a disposição incluída no n.º 2 do Art.º 10.º dos Estatutos da ADFA, continuando a poder qualquer sócio que alegue e comprove dificuldades económicas insuperáveis, beneficiar de isenção do pagamento de quotas, concedido pela D. C. cientes de que, mesmo nessa situação, têm garantidos todos os direitos que a ADFA confere, competindo-lhes, outrossim, os deveres de militância e participação, porque a nossa Associação é de todos e para todos.

PAGAMENTO DE PENSÕES

Calendário para 1990

Acabamos de ter conhecimento, em última hora, do calendário do pagamento de pensões da Caixa Geral de Aposentações, para o ano de 1990, e passamos, de imediato, a transcrevê-lo na parte que mais interessa aos deficientes das Forças Armadas («agrupamento» C):

Janeiro — dia 15; Fevereiro (com «Prova de Vida») — 14; Março — 14; Abril — 17; Maio — 15; Junho — 15; Julho — 13; Agosto — 16; Setembro — 13; Outubro — 15; Novembro e subsídio de Natal — 14; Dezembro — 13.

Muito importante:

No mês de Janeiro de cada ano será enviado a todos os pensionistas da C.G.A. «AVISO DUPLA» informático, que englobará verbete destinado à efectivação da PROVA DE VIDA, a efectuar no mês de Fevereiro, e a DECLARAÇÃO I.R.S., contendo os valores abonados no ano anterior, necessária para o preenchimento da declaração anual de rendimento.

UISEU

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DE DELEGAÇÃO CONVOCATÓRIA

A Mesa da Assembleia Geral da Delegação de Uiseu convoca todos os associados nos termos do art.º 48.º dos Estatutos, para a Assembleia Geral Ordinária, a realizar no dia 20 de Janeiro de 1990, às 09H30, nas instalações da mesma, sita na Rua José Branquinho, 4.º, dt.º, Uiseu, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

- Apresentação, discussão e aprovação do Relatório da Direcção da Delegação relativo ao exercício de 1989.
- Apresentação, discussão e aprovação do Orçamento da Delegação para o ano de 1990.
- Diversos.

Uiseu, 12 de Dezembro de 1989.

O Presidente da M.A.G.D.

António Pais Ferreira

FUNCHAL

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DE DELEGAÇÃO CONVOCATÓRIA

Nos termos do § 1 do art.º 48.º dos Estatutos da ADFA, a Mesa da Assembleia Geral da Delegação da Madeira convoca todos os sócios residentes na Região para uma Assembleia Geral Ordinária a realizar no dia 27 de Janeiro de 1990, pelas 13H30, nas instalações da Banda Municipal do Funchal, sita à Rua 31 de Janeiro, n.º 117, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

- Apreciar e votar o Relatório de actividades e contas da Direcção e Parecer do Conselho Fiscal, relativos ao ano de 1989.
- Pagamento de quotas por transferência bancária.
- Outras informações úteis.

Se à hora indicada não estiverem presentes mais de metade dos associados, em conformidade com o n.º 2 do art.º 32.º dos Estatutos a Assembleia Geral reunirá trinta minutos mais tarde, com qualquer número de sócios.

Funchal, 14 de Dezembro de 1989.

O Presidente da M.A.G.D.

João Manuel Martins

EDITORIAL

A civilização ocidental, por força da sua componente ideológica de raiz cristã, associa, neste mês de Dezembro, ao nascimento de Jesus Cristo, a sã convivência e harmonia da família que, extrapoladas para um sentido mais lato, exortam à compreensão e cooperação entre toda a família humana, numa palavra, à PAZ.

Tais ideais, oriundos de uma cultura de cariz religioso que dominou, na essência, o pensamento europeu durante mais de um milénio, até que o renascimento das mentalidades trouxe para o areópago das discussões, as verdades experimentadas e com origem em ciência certa, ultrapassaram todas as razões positivistas e o mero âmbito da comunidade cristã, tendo-se espargido por todo o orbe humano e ideológico no sentido da reflexão, neste período, sobre os temas da Paz, amizade e cooperação entre todos os homens.

Encara, assim, com grande esperança a Humanidade, os encontros havidos no início deste mês de Dezembro, entre os principais responsáveis dos grandes sistemas ideológicos e político-económicos pelos quais actualmente o Mundo se rege.

Se se virá tornando um salutar hábito o encontro em busca de caminhos para a Paz entre os dois maiores potentados sócio-políticos-militares do Mundo, não seria, de forma alguma, há bem pouco tempo, previsível, que o primeiro responsável pela ideologia dimanada pelo Kremlin se sentasse frente a frente, em Roma, com o sucessor da cátedra de Pedro.

Na realidade, muita coisa está em maré de mudança! Dois séculos volvidos sobre a revolução que lançou aos quatro ventos e através das quatro partidas do Mundo o grande lema da modernidade, «Liberdade, Igualdade e Fraternidade», poucas vezes a Humanidade se terá confrontado, como no momento em que vivemos, com tantas vontades internacionalmente expressas de, por vias pacíficas, alcançar aqueles objectivos.

O incremento de esforços no sentido de reduzir e solucionar conflitos regionais, a transformação ideológica iniciada com a «perestroika» e que hoje fervilha e se impulsiona por todo o Leste europeu, a busca de entendimento e redução de material humano e bélico entre os sistemas militares da NATO e do Pacto de Varsóvia, são, na realidade, grandes factores de esperança para todo o planeta, que há décadas e em termos de Paz tem vivido sob o gélido equilíbrio de uma espada de Dâmocles.

Sofre, no entanto, o universo humano de outras formas mais sub-reptícias e atrozes de guerra, as que lhe são movidas, dia a dia e ferozmente, pelos meios da droga e do terrorismo internacional, numa luta sem quartel e sem rosto que torna, no imediato, quase impraticável, qualquer via de combate eficaz, ou num futuro menos próximo, o encontro de solução para tão grandes e graves problemas.

No entanto, a nós, homens de boa vontade, compete, individual e socialmente, a militância activa da Esperança, conscientes de que não haverá Paz colectiva enquanto cada um não estiver de bem consigo mesmo. A Paz antes de ditada ou violentada pelos estrategas, tem que corresponder a uma forma de estar na Vida e a um acto de cultura de toda a Humanidade, que só poderá ser definitivamente feliz quando se mentalizar de que as flores só existem para ser semeadas e regadas, nunca para ser colhidas.

A DIRECÇÃO CENTRAL

SÓCIOS FALECIDOS

RAUL DA SILVA PEIREIRA, sócio n.º 2439, natural de Santos-o-Velho e residente em Queluz, Concelho de Sintra, faleceu no passado dia 23 de Abril de 1989, devido a carcinoma espinocelular da língua.

Sócio com 15 por cento de desvalorização.

Deixa viúva a Sr.ª D. Adelina Maria da Silva Henrique Pereira.

SERAFIM FERNANDES, sócio n.º 5897, natural e residente em Vila Nova, Concelho de Mi-

randa do Corvo, faleceu no passado dia 21 de Junho de 1989, devido a acidente vascular cerebral.

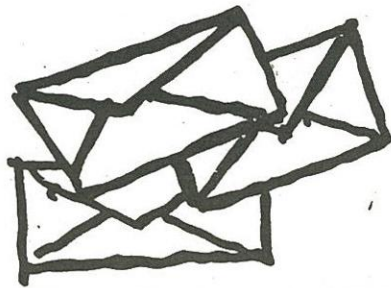
ALFREDO DA COSTA NOBRE, sócio n.º 8983, natural de Gavião e residente em Caminha, Concelho de Caminha, faleceu no passado dia 29 de

Setembro de 1989, devido a envenenamento.

Sócio com 60 por cento de desvalorização, sofreu o seu acidente na Guiné.

Deixa viúva a Sr.ª D. Olinda Costa Semedo Nobre e três filhos.

Aos familiares e amigos destes nossos sócios, apresentamos as nossas sentidas condolências.



Correspondência

Do nosso sócio Fernando Assunção, de Santar, recebemos a seguinte carta, que comentaremos no final:

Sr. Presidente da Associação dos Deficientes das Forças Armadas, em Lisboa e a todos que dela fazem parte.

Tenho 26 anos, sou de perto de Viseu e sócio com uma deficiência de 19%, resultante de uma fractura dos ossos da perna esquerda.

No fim de ler atentamente vários jornais, fiquei com uma ideia um tanto ou quanto negativa sobre certos problemas que vêm sendo tratados no nosso «ELO».

1 — Sabendo nós que nem só em Lisboa existem sócios deficientes, fala-se muito de Formação Profissional, sem que sócios de outros Distritos tenham direito a frequentar cursos na sua área. Até porque para nós, jovens sócios, se a situação é difícil no mundo do trabalho, apresenta-se mais catastrófica quando se é deficiente nos meios menos privilegiados, em todos os níveis. São zonas onde a

Formação Profissional está apagada para os deficientes e a vida não sorri, como vamos ter oportunidade de ver no tema seguinte.

2 — Falando da minha zona, que é a que melhor conheço, os sócios deficientes não têm hipóteses de praticar um simples desporto adequado ao seu grau de invalidez. E o «ELO» de tanta coisa fala na área de Lisboa!

E estaremos nós esquecidos ou mal informados?

Calcorreando o nosso País de lés-a-lés, imagino a existência de muitos mais jovens deficientes das Forças Armadas, com um futuro que é visto sem alicerces seguros. Ou será só o meu?

Falando novamente no «ELO» e se existem sócios deficientes, precisamos fazer parte do jornal, até porque o «ELO» será aquilo que os seus jovens sócios queiram que ele seja futuramente, pondo um tipo de leitura mais acessível para os jovens e para todos os sócios, modernizando-a e abordando temas como música, arte, guerra, amor, desporto, poesia, pintura, cinema, SIDA, droga,

prostituição, vida depois da morte, e outros assuntos que na era dos nossos Pais passaram despercebidos.

Assim, na minha opinião, dar-se-á uma leitura rica e culta a todos os sócios deficientes das Forças Armadas.

Feliz Natal para todos os sócios,

Francisco José Oliveira Assunção
Sócio 11 140

A carta do sócio Francisco Assunção, que agradecemos, chama a atenção de várias questões bastante importantes, grande parte das quais têm sido abordadas nas páginas do «ELO», nomeadamente quanto à participação dos associados e leitores na sua feitura. Infelizmente todos os nossos apelos, que incluíram mesmo, por mais de uma vez, um «modelo» que poderia ser facilmente seguido para enviar notícias que achassem de interesse, esses apelos, dizíamos, nunca foram, praticamente, correspondidos.

Sobre a sua sugestão, pertinente, de alargar o leque de temas tratados,

bem o gostaríamos de fazer, permitindo uma leitura bem mais diversificada a todos os leitores. Mas aí, e mais uma vez, já que não há possibilidade económica de ter articulistas profissionais, teríamos que depender do interesse e da colaboração dos leitores... o que parece não haver. Não sendo tão pessimistas quanto o nosso sócio José Maia a afirmar «limitam-se a ser pagadores de quotas...» ou ao referir «elementos que não se limitem a ter na cabeça o mapa dos depósitos das pensões», concordamos totalmente com ele quando diz, «é preciso que o deficiente e o ferido militar se reconheçam na ADFA. Tal só acontecerá com o trabalho de todos. Sócios, Órgãos Sociais, trabalhadores e simples colaboradores». (Ver «Escrevem os sócios...»).

Na realidade, é necessário que todos colaborem para que a ADFA cumpra o seu dever e funcione o melhor possível, na defesa dos direitos e interesses dos seus sócios. E, como seu reflexo, o «ELO» também.

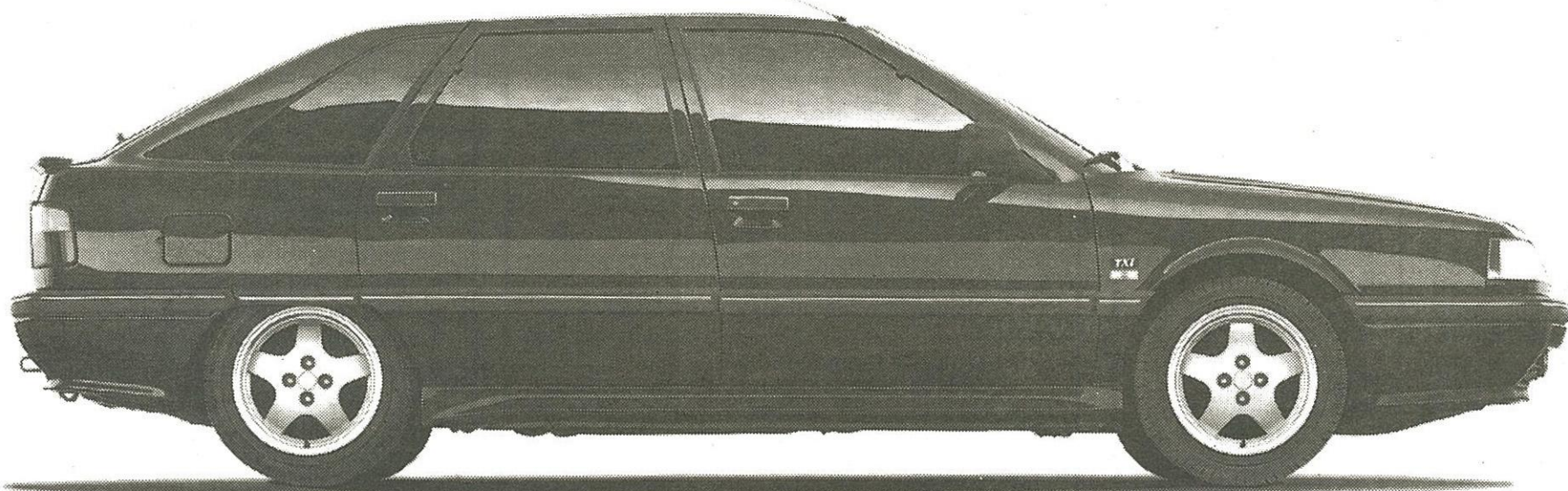
Para além de, como se pode ver pela página das Delegações-Núcleos, apenas algumas delas nos mandarem, de vez em quando, notícias (e daí parecer ao sócio que só Lisboa existe para a Redacção...), também os sócios pouco nos dizem. E certamente que há, entre tantos, profissionais capazes em campos técnicos como engenharia, arquitectura, medicina, Direito e outros, ou amadores conhecedores e interessados em áreas como arte, cultura, literatura ou música, que bem poderiam escrever alguns artigos para o seu/nosso jornal. Só que parece não terem tempo...

Finalmente, e quanto à questão da Formação Profissional, embora o assunto tenha sido apresentado superiormente para devida apreciação, podemos tentar encontrar algumas razões e respostas. Assim, talvez não seja muito fácil às Delegações (e julgamos que este tipo de sugestões lhes devem ser postas directamente, exactamente para que não se julgue, e se force, que o País continua a ser

só Lisboa...), organizar cursos próprios apenas para os sócios interessados da sua zona. Aliás, o mesmo se passará quanto a desporto. Aproveitamos, e agradecemos essa hipótese ao sócio Francisco Assunção, para sugerir que todos os interessados em Formação Profissional e/ou em prática desportiva, entrem em contacto, quer directo quer por escrito, com as respectivas Delegações, expondo os seus casos e apresentando propostas, de forma a que os respectivos serviços possam ter uma ideia e um panorama geral sobre estas questões, habilitando-os a tomar as providências necessárias a uma resposta concreta.

De qualquer maneira podemos informar que sócios de todo o País têm vindo a Lisboa frequentar vários cursos de Formação Profissional, contando para isso com o importante apoio do Lar Militar e da sua Direcção. Por isso também se aconselha que leiam, neste «ELO», o artigo sobre as actividades deste Departamento e peçam informações para a Sede.

O OUTRO RENAULT 21



U

m Renault 21 diferente por fora, com as suas linhas dinâmicas, actuais, envolventes; linhas que não deixam ninguém indiferente.

Um Renault 21 diferente por dentro, com a sua habitabilidade interior única, os seus bancos traseiros rebatíveis assimetricamente, o requinte dos seus novos revestimentos e a notável integração do seu painel de bordo inteiramente redesenhado.

Garantia anticorrosão de 6 anos.
Modelo apresentado — Renault 21 Bicolor TXI (a comercializar durante 1990)

Um Renault 21 diferente ao volante, com o estilo inconfundível da sua condução, possibilitado pela raça das suas novas motorizações e pelo maior apuro tecnológico das existentes.

Para quem já viu e conduziu, é assim o novo Renault 21 Bicolor. E para si?

Não há como ver e experimentar. Venha ao seu Concessionário Renault confirmar que existe outro Renault 21 — O novo Renault 21 Bicolor.

RENAULT

Renault 21 - A escolha adulta

Renault Portuguesa, S. A.
(Sucursal)
Rua Dr. José Espírito Santo, Lote 11-E
1900 Lisboa
Telef. 859 00 58



ADFA prossegue contactos oficiais

ADFA prossegue contactos com Secretaria de Estado da Defesa Nacional

Em 30 de Novembro passado, o Presidente da DC, José Arruda, acompanhado dos 1.º e 2.º Secretários, Patuleia Mendes e Artur Vilares, deslocou-se à Secretaria de Estado da Defesa Nacional no âmbito das audiências regularmente concedidas à nossa Associação.

Em primeiro lugar foi tratado o assunto da nova Sede, tendo o dr. Santos Ramos sido informado que, conforme os contactos havidos com o Ministério do Emprego e da Segurança Social, iriam ser, por este, desbloqueadas, muito em breve, as verbas de 89 e 90 relativas a subsídios para a construção, pelo que também, dentro de pouco tempo, se poderia proceder à respectiva adjudicação. Aproveitaria então a altura o Secretário da Defesa para revelar que o seu Departamento iria fazer o mesmo em relação a 90, podendo-se já prever o montante a atribuir em 91, ano em que a obra deverá estar terminada.

Entrando em nova ma-

téria, foi pela DC da ADFA entregue um Ofício, dessa mesma data, do qual, pela sua importância, se transcrevem os três primeiros parágrafos:

«A Associação dos Deficientes das Forças Armadas, na prossecução dos objectivos que estatutariamente lhe estão definidos tem procurado acompanhar os trabalhos da Comissão de alteração e revisão do Decreto-Lei 498/72 de 9 de Dezembro (Estatuto da Aposentação) cujas disposições se aplicam aos deficientes militares cujos acidentes c/ou doenças foram considerados em serviço.

Apesar de nunca ter sido possível ter acesso à Comissão de Alteração e Revisão do Estatuto da Aposentação, a ADFA tomou a iniciativa de solicitar respectivamente ao Senhor Primeiro Ministro e ao Senhor Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Defesa Nacional a alteração do artigo 38.º relativo à doenças agravadas em serviço, e do arti-

go 78.º relativo à acumulação de vencimentos e pensões dos Deficientes Militares abrangidos por aquele Estatuto, dos quais ainda não nos foi dada qualquer resposta.

Sendo o Estatuto de Aposentações uma das leis fundamentais do Estado, consideramos que o mesmo deve reflectir os princípios aprovados pela Lei de Bases da Prevenção e Reabilitação recentemente aprovada pela Assembleia da República de modo a salvaguardar os direitos das pessoas com deficiência como é o caso, nomeadamente, dos Deficientes Militares em serviço.»

Embora não sendo possível qualquer resposta imediata, aos representantes da ADFA foi reiterado o empenho pessoal do Secretário de Estado na garantia dos direitos dos deficientes militares, pelo que o documento iria receber toda a atenção do seu Gabinete.

Seguidamente foi abordada a preparação do «I Encontro de Antigos

Combatentes de Portugal, Angola, Guiné e Moçambique», tendo-se falado, entre outros aspectos, na constituição da respectiva Comissão de Honra e da previsão de despesas.

Quanto a legislação, estando prevista para breve a publicação do novo Estatuto da Carreira Militar e da nova tabela de vencimentos, a Direcção Central reafirmou a defesa intransigente do espírito do Dec-Lei 43/76, nomeadamente quanto ao seu Preâmbulo e ao seu Art.º 9.º. Sobre a questão dos «grandes deficientes», a Secretaria de Estado reconheceu a morosidade do processo devida, em grande parte, a envolver pareceres de várias entidades.

Finalmente, foi tratado o problema do Lar Militar, solicitando a ADFA que o Ministérios da Defesa nomeie o seu representante na respectiva Comissão Técnica, o mais rápido possível, a fim de se poder avançar numa (re)estrutura de tão grande importância.

I Encontro de Antigos Combatentes de Portugal, Angola, Guiné e Moçambique

ADFA recebida pelo Secretário de Estado da Cooperação

Em 12 de Dezembro último, o Presidente da Direcção Central, José Arruda, acompanhado pelo responsável pelo Departamento de Formação Profissional, Sarmiento Coelho, teve oportunidade de ser recebido pelo Secretário de Estado da Cooperação (Ministério dos Negócios Estrangeiros), no seguimento dos vários contactos mantidos na fase de preparação do

«I Encontro de Antigos Combatentes de Portugal, Angola, Guiné e Moçambique».

A audiência começou com uma exaustiva apresentação do que se pretende atingir com a realização da conferência, integrando-se nos grandes objectivos da ADFA, nomeadamente na sua qualidade de elemento activo da FMAC e sentindo-a nas grandes preocupações de acção, quer da Presidência da República quer do Governo, quanto à cooperação com aqueles países.

Ao apresentar a «Agenda de Trabalhos», provisória, o Presidente

da DC referiu a preocupação tida com o pedido feito às Associações congéneres convidadas para apresentação de sugestões, o que foi feito.

Em resposta, o dr. Durão Barroso salientou a importância para Portugal de tal reunião, que permitirá o dar as mãos entre aqueles que se combateram anteriormente, elogiando por isso a iniciativa da ADFA e mostrando toda a abertura e empenho nos apoios necessários e que estejam ao alcance do seu Gabinete.

Em relação à constitui-

ção da Comissão de Honra sugeriu também que fosse pedida uma audiência directa ao Ministro dos Negócios Estrangeiros.

FMAC

Aproveitando a conferência de Malta, o nosso representante contactou o Secretário-Geral da FMAC, Serge Wourgaft, que estará presente em Lisboa, aquando do «Encontro», tendo sido acordada para Março de 1990 uma deslocação conjunta a Moçambique.

ADFA apresenta cumprimentos ao General CEMGFA

No dia 19 de Dezembro o Presidente, 1.º e 2.º Secretários da Direcção Central, respectivamente José Arruda, Patuleia Mendes e Artur Vilares, foram recebidos pelo general Soares Carneiro, Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas, a quem apresentaram cumprimentos de Fim de Ano.

Aproveitando a ocasião, trocaram-se impressões várias, tendo sido, pela ADFA, dadas informações sobre a actual situação da nova Sede, sen-

do devidamente referido o empenho colocado na concretização dos trabalhos de terraplagem, pelo general Firmino Miguel, CEME e pelo Regimento de Engenharia da Pontinha e seu Comandante.

Abordada, depois, a questão dos «grandes deficientes em serviço», foi considerada como de inteira justiça a posição da ADFA ao querer que seja alterada a legislação vigente.

Seguidamente, conversou-se sobre a instalação do Gabinete do Utente,

no HMP, tendo-se mencionado o interesse do Vice-CEMGFA, general Mendes Dias, na ultrapassagem de algumas dificuldades que se levantaram, declarando o general Soares Carneiro saber, e ter consciência, de que se há boa capacidade técnica para resolver este assunto, ele tem sido complicado por factores humanos e psicológicos.

Finalmente falou-se sobre o «I Encontro de Antigos Combatentes de Portugal, Angola, Guiné

e Moçambique», tendo sido apontado o seu actual desenvolvimento. O general CEMGFA, que esteve ainda recentemente em Moçambique e na Guiné, incentivou a ADFA a diversificar e aprofundar a cooperação com os movimentos congéneres dos países convidados, através de uma larga troca de experiências e de conhecimentos.

Ao despedir-se, o general Soares Carneiro desejou Boas-Festas para toda a ADFA.

SUBSIDIOS GULBENKIAN PARA TRANSPORTES

A exemplo dos anos transactos, a Fundação Calouste Gulbenkian atribuiu à ADFA um subsídio no montante de 300 000\$00 (trezentos mil escudos) destinado a subsidiar a compra de cadeiras de rodas, triciclos motorizados e participação na compra de viatura própria dos sócios da nossa Associação portadores de grandes deficiências motoras sensoriais e psíquicas.

No caso da aquisição de cadeiras de rodas e triciclos motorizados, o respectivo subsídio só será atribuído quando se verificar a não atribuição deste material por parte das entidades médicas militares ou do Serviço Nacional de Saúde.

Os subsídios na comparticipação para compra de viatura própria e de acordo com as normas 1/DC/80 em vigor, destinam-se apenas a sócios com deficiência igual ou superior a 60 por cento, de desvalorização.

A definição de prioridade é ditada pela conjugação de vários factores entre os quais se destacam o maior grau de desvalorização e os proventos auferidos de acordo com a legislação que os abrange.

Assim, dada a exiguidade das verbas disponíveis para este tipo de apoio, geralmente, apenas são contemplados os nossos associados portadores de grandes deficiências motoras ou sensoriais.

Para o concurso de 1990, os sócios interessados devem preencher os processos respectivos na Sede ou nas Delegações até 31 de Janeiro procedendo-se à atribuição no decurso do mês de Fevereiro de 90.

Serviço da gama «Renault»

Atendimento aos sócios:

Sede: dias úteis das 16 às 18 horas.

Porto: Primeiro sábado de cada mês.

Restantes Delegações: de acordo com os pedidos.

Na Delegação do Porto, os sócios que pretendam adquirir viatura da marca «Renault» poderão contactar com o delegado de vendas da ADFA, das 10 às 16 horas, nas instalações da mesma, devendo, no entanto, telefonar antecipadamente, através do número 82 97 44, para que seja feita a marcação de entrevista.

Viaturas RENAULT

PREÇOS NAS CORES OPACAS

MODELOS	PREÇO BASE	P. V. P.
Renault 5 Campus 3 p	869 412\$00	1 157 261\$00
Renault 5 Campus 5 p	917 911\$00	1 214 005\$00
Renault 5 TL Saga 3 p	959 720\$00	1 326 289\$00
Renault 5 TL Saga 5 p	1 008 080\$00	1 382 870\$00
Renault 5 GTR 3 p	1 032 766\$00	1 475 143\$00
Renault 5 GTR 5 p	1 080 481\$00	1 530 970\$00
Renault 5 GTX	1 226 760\$00	1 834 917\$00
Renault 5 GTD	1 373 852\$00	2 349 831\$00
Renault 19 TR 3 p	1 185 507\$00	1 659 700\$00
Renault 19 TR 5 p	1 248 781\$00	1 733 731\$00
Renault 19 GTS 3 p	1 255 216\$00	1 868 041\$00
Renault 19 GTS 5 p	1 317 629\$00	1 941 064\$00
Renault 19 TSE	1 488 846\$00	2 141 388\$00
Renault 19 GTD	1 575 386\$00	4 139 093\$00
Renault 19 Chamade TR	1 261 144\$00	1 748 196\$00
Renault 19 Chamade GTS	1 343 982\$00	1 971 897\$00
Renault 19 Chamade TSE	1 518 623\$00	2 176 227\$00
Renault 19 Chamade GTD	1 606 894\$00	4 179 918\$00
Renault 21 Tricorpo GTL	1 607 543\$00	2 290 244\$00
Renault 21 Tricorpo TSE	1 885 105\$00	3 015 301\$00
Renault 21 Tricorpo GSD	1 814 741\$00	4 423 099\$00
Renault 21 Tricorpo TDX	2 175 143\$00	6 682 605\$00
Renault 21 Bicorpo GTL	1 607 543\$00	2 290 244\$00
Renault 21 Bicorpo GTS	1 571 997\$00	2 648 965\$00
Renault 21 Bicorpo GSD	1 814 741\$00	4 423 099\$00
Renault Nevada GTS 5 lug.	1 683 474\$00	2 779 393\$00
Renault Nevada GTS 7 lug.	1 745 853\$00	2 852 376\$00
Renault Nevada TDX 5 lug.	2 155 425\$00	6 659 535\$00
Renault Nevada TDX 7 lug.	2 231 366\$00	6 748 386\$00
Renault 25 T.DX	3 373 261\$00	8 089 803\$00
Renault Espace T.DX	3 562 705\$00	8 311 452\$00
Renault Express GTC 5 l	1 246 516\$00	1 661 840\$00
Renault Express Combi 5 lug.	1 156 506\$00	1 556 529\$00

Transferência + Transportes = R 5 — 12.500\$00; R 19 — 17.500\$00; R 21 — 20.885\$00; R 19 CHAMADE — 20.885\$00.

NOTA: Os preços aqui apresentados não contemplam as cores metalizadas. As cores metalizadas variam entre os 18 000\$00 e 26 000\$00 mais, conforme o modelo.

VENDAS ESPECIAIS PARA DEFICIENTES: Estimado sócio, se está comprador de uma viatura RENAULT, compre através da ADFA. Tratamos toda a documentação. Informe-se na Sede ou nas nossas Delegações.

DIA NACIONAL DO DEFICIENTE

ADFA recebe candidatos à Câmara Municipal de Lisboa

Conforme apontamento em «Agenda», entendeu a Direcção Central, «tendo em conta que a resolução de muitos dos problemas das pessoas com deficiência passa pelo empenhamento directo das Autarquias» (Acta da reunião da DC de 28/11/89), convidar, dos candidatos à Presidência



da Câmara de Lisboa, os de Partidos com lugar na Assembleia da República, a fim de, no «Dia Nacional do Deficiente», apresentarem os seus programas eleitorais, na parte respeitante à deficiência e ao deficiente.

Inicialmente prevista uma sessão pública conjunta, no dia 9 de Dezembro, a partir das 15 horas, a mesma não foi possível devido a outros compromissos das diversas campanhas. No entanto, por cá passaram os três candidatos, embora a horas diferentes. Assim, Jorge Sampaio chegou pelas 14.30 horas, Marcelo Rebelo de Sousa cerca das 15.20 horas, e Hermínio Martinho passava já das 16 horas, não tendo chegado qualquer um a encontrar-se com outro.

Recebidos pelos elementos presentes da Direcção Central, foram encaminhados para a Sala da mesma, onde José Arruda, em breves palavras, lhes expôs as causas e objectivos da ADFA, informando sobre o seu actual âmbito de acção, quer a nível nacional quer internacional, dando especial realce à nova Sede e ao próximo «Encontro» entre antigos combatentes de Portugal, Angola, Guiné e Moçambique, assim como à participação na FMAC. Analisando a importância fundamental do papel das autarquias em todo o trabalho e em todas as áreas que dizem respeito à pessoa deficiente, o



Presidente da DC, para além de referir o que delas se deve esperar, frisou o empenhamento da ADFA em contribuir para a procura de soluções, estando à disposição da Câmara para uma colaboração que se espera frutuosa.

Em resposta, os candidatos expuseram os seus diferentes planos quanto à orientação e apoios que se propõem para a área da defi-

ciência, se assumissem a Presidência autárquica, realçando, todos, o papel que a ADFA tem desempenhado na vanguarda da luta e da reivindicação quanto à defesa dos direitos dos deficientes nos variados campos em que se tem desenvolvido. Fazendo breves análises sobre o trabalho da edilidade ainda em funções, prometeram desenvolvê-lo, pois pouco terá sido feito, apoiando a ADFA quer quanto à construção da nova Sede, quer ainda quanto à sua participação activa numa maior cooperação com os vários gabinetes e serviços camarários e apadrinhando a sua associação na UCCLA.

Terminada esta «conversa» com os membros da DC e responsáveis por diversos Departamentos da Sede, cada um dos candidatos seguiu para o Salão Nobre do Palácio da Independência onde, após apresentação pelo Presidente da DC e perante um número alargado de sócios, onde se notava forte representação de africanos, muito directamente interessados, nomeadamente quanto à questão habitacional, expôs as linhas gerais do seu programa, reafirmando intenções e promessas.

Porque à saída deste «ELO» já se sabe quem ganhou as eleições, permitimo-nos apenas transcrever a «mensagem» da coligação «Por Lisboa» (Jorge Sampaio), aos deficientes da cidade e às suas estruturas associativas, por ocasião do «Dia Nacional do Deficiente».

Antes, porém, o texto do telegrama enviado



na manhã do dia 18 de Dezembro, ao dr. Jorge Sampaio: «A Associação dos Deficientes das Forças Armadas saúda V. Ex.^a pela eleição para Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, convictos que os problemas dos deficientes das Forças Armadas, em particular, e dos deficientes, em geral, merecerão o seu melhor empenhamento na procura de soluções que facilitem uma melhor integração social na cidade de Lisboa.

O Presidente da ADFA»

«MENSAGEM

A coligação POR LISBOA tem, como um dos seus objectivos, o de construir uma cidade para todos os que nela vivem e trabalham. Os deficientes são um grupo da população que não tem acesso a todas as oportunidades existentes, porque a cidade ainda opõe muitas barreiras à sua integração. A acção do Município tem, pois, de orientar-se para aumentar globalmente a liberdade de escolha do deficiente na organização do seu quotidiano, porque ele não tem ainda acesso a grande parte da oferta de serviços e de oportunidades de fruição proporcionadas pela cidade.

Entre a linhas de trabalho adoptadas pela Coligação «POR LISBOA», para atingir este objectivo, assinalem-se as seguintes:

— articulação da Política Municipal com o Poder Central, reforçando de modo adequado a participação no Conselho Nacional de Reabilita-

ção, que deveria assumir capacidade decisória no seu domínio de intervenção;

— reforço do Núcleo de Intervenção para a Recuperação de Deficientes — NIPRED, melhorando a ligação deste às estruturas associativas, em moldes a definir;

— diminuição das barreiras arquitectónicas,



permitindo uma melhor circulação dos deficientes na cidade e um melhor acesso aos edifícios públicos e à cultura (bancos, repartições públicas, bibliotecas, cinemas, teatros, metropolitano,...);

— implementação de sinais sonoros junto dos semáforos;

— coordenação da ocupação da via pública, arranjo e desobstrução de passeios e melhoria da sinalização dos obstáculos, para melhorar a segurança na circulação dos deficientes;

— acautelar, nas novas habitações, as condições de acesso e de habitabilidade para os deficientes;

— adaptação dos fogos de habitação, nas situações de nova deficiência;

— implementação da quota de habitação para deficientes, já aprovada pela Assembleia Municipal;

— coordenação com a Carris de medidas tendentes a melhorar a oferta de transporte em «mini-bus» na cidade;

— aumentar os lugares de estacionamento para veículos de deficientes;

— aceitação não discriminatória de deficientes nos empregos directos gerados pela CML.

A Coligação POR LISBOA tem a clara consciência de que estas medidas só podem ser implementadas a partir de uma valorização permanente das instituições cuja acção se orienta pelo interesse da comunidade. Estão nesse caso todas as numerosas estruturas que, em Lisboa, associam os deficientes e trabalham para a resolução dos seus problemas.»



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

ADFA em grande actividade externa

Director do Centro de Reabilitação e Formação Profissional da ADFA/Porto em Macau

Como noticiado em ELO anterior, o Director do Centro de Reabilitação do Porto, sócio Jerónimo de Sousa, visitou Macau a convite do Instituto de Acção Social daquele território, com vista ao estudo aprofundado da situação do deficiente local, e das respectivas estruturas de apoio, na hipótese de melhoria das condições existentes e de colaboração a prestar na criação de uma oficina de material ortoprotésico.

Com um programa de trabalho excelentemente elaborado, foi permitido ao dr. Jerónimo de Sousa, através de visitas e de trocas de impressões, constatar factos relevantes para o seu Relatório, passando pela caracterização da população deficiente até à grande vontade política de intervir de forma rápida e eficaz.

Analisando globalmente a situação encontrada, são propostas várias linhas de força dos desenvolvimentos necessários e possíveis, tendo em conta as limitações temporais e de recursos humanos, podendo a ADFA, através do Centro de Reabilitação do Porto, concorrer com várias acções, tais como proporcionar oportunidade de formação a um, ou mais, técnicos; encontrar ou ceder um técnico ao território para apoiar a fase inicial de funcionamento; apoiar na definição e aquisição dos equipamentos da oficina e apoiar na aquisição dos materiais para a confecção das próteses e ortóteses.

Devido à importância desta acção, e do reconhecimento que é do trabalho do Centro de Reabilitação do Porto, do seu Director e do seu pessoal técnico, esperamos continuar a dar, em futuros ELOs, mais notícias sobre o desenvolvimento do Relatório e propostas agora apresentadas.

ADFA na reunião da FMAC em Malta

Embora com uma representação diferente da que estava prevista, a ADFA esteve presente na reunião de Malta da FMAC, que decorreu em La Valeta de 2 a 5 de Dezembro passado.

O encontro dividiu-se em duas reuniões relativamente distintas, tendo decorrido até dia 4 a Reunião Geral, subordinada ao tema da contribuição da FMAC para a «Paz e Segurança no Mediterrâneo» e tratando-se no dia 5, através dos grupos de trabalho sobre a «cooperação europeia» e sobre os «assuntos sociais da CPAE», respectivamente, da aplicação do documento final da reunião bilateral de Viena da CSCE e das eventuais consequências para os antigos combatentes e vítimas de guerra da entrada em vigor do Acto Único Europeu.

No final da reunião foi emitido um comunica-



do e enviada uma mensagem aos Chefes de Estado dos EUA e da URSS, também reunidos em Malta, assinada pelo Presidente da Federação, van Lanschot, em nome da Organização e de todos os seus membros.

Extra reunião, foram desenvolvidos pelo representante da ADFA contactos com várias personalidades, nomeadamente o Secretário-Geral, Serge Wourgaft, no âmbito da nossa cooperação com os países africanos de língua portuguesa.

Dada a importância deste acontecimento espera ELO, logo que recebido o respectivo Relatório oficial, voltar ao assunto.

ADFA, membro do Conselho Nacional de Reabilitação, vai participar na proposta de regulamentação da respectiva Lei de Bases

Tendo o Secretariado Nacional de Reabilitação enviado à Direcção Central da ADFA o texto de uma proposta relativa à criação de uma Comissão Técnica para a regulamentação da Lei 9/89 - Lei de Bases da Prevenção e da Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência — foi considerado que a mesma se encontra de acordo com os princípios de participação alargada que a Associação defende, estando conforme as orientações internacionais, muito especialmente a «Carta dos anos 80» (ver ELO/Dezembro 88).

Assim, nesse contexto, o Presidente da DC encarregar-se-á de desencadear, de imediato, os contactos necessários para a criação de uma Comissão de Reabilitação da ADFA, no âmbito das deliberações do seu III Congresso, a fim de ser possível participar, com a maior responsabilidade e exigência, nos trabalhos de regulamentação daquela Lei de Bases.

Eis o documento do SNR:

Tendo em conta a responsabilidade do Estado na definição, execução e coordenação da política nacional de reabilitação, tal como dispõe a Lei n.º 9/89;

Atenta a necessidade de adequar o ordenamento jurídico dos Sistemas da Administração Pública aos princípios e determinações

consagrados na referida Lei;

Considerando que a eficácia da Lei n.º 9/89 presuppõe a sua regulamentação;

PROPÕE-SE

1 — A criação, no âmbito do CNR, de uma Comissão Técnica (CT) para a regulamentação da Lei n.º 9/89.

2 — A CT deverá ter a composição seguinte:

- Representantes dos Departamentos Oficiais;
- Representantes das Associações de/para pessoas com deficiência e dos parceiros sociais, com assento no C.N.R.;
- Técnicos do S.N.R.



3 — A CT deverá organizar-se em Grupos de Trabalho (GT's) sectoriais, de acordo com os sistemas de Administração referidos na Lei, nomeadamente:

- Saúde;
 - Educação;
 - Segurança Social;
 - Formação Profissional e Emprego;
 - Transportes, Habitação e Urbanismo;
 - Fiscalidade;
 - Cultura, Desporto e Recreação.
- No que se refere aos

aspectos não englobáveis nos G. T. anteriores serão posteriormente criados os Grupos Técnicos considerados necessários.

4 — Os objectivos da CT e dos respectivos GT's deverão ser os seguintes:

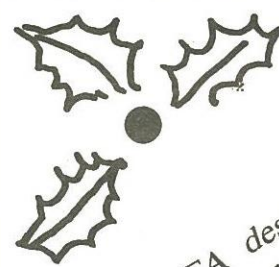
— Proceder ao levantamento do ordenamento jurídico nacional em cada um dos sistemas referidos no número anterior;

— Analisar as lacunas e sobreposições eventualmente existentes nos vários sistemas;

— Proceder à avaliação dos meios existentes face ao previsto na Lei;

— Propor medidas regulamentadoras que garantam o cumprimento do disposto na Lei n.º 9/89.

5 — Esta actuação corresponde à primeira fase dos trabalhos após a qual se definirá a metodologia a seguir para preparar proposta de regulamentação.



A ADFA deseja a todos os seus sócios, trabalhadores, familiares e amigos o melhor dos anos em 1990

Boas Festas

Em retribuição dos desejos de Boas Festas, oportunamente endereçadas pela ADFA a cerca de 300 entidades oficiais, civis, militares e privadas, foram recebidos, na Sede da nossa Associação, grande número de agradecimentos e formulação de votos idênticos.

De entre os muitos chegados, seja-nos permitido salientar, designadamente, os do Presidente da República, do Presidente da Assembleia da República, dos titulares das pastas da Saúde, da Educação e da Administração Interna. No entanto, sem desmerecimento pela simpatia pessoal manifestada por estas altas individualidades em relação aos deficientes militares, não resistimos a realçar, pelo seu importante conteúdo, e perdoe-se-nos a ousadia, o cartão de Boas Festas do Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Defesa Nacional, que reproduzimos na íntegra:

Ser soldado hoje...

Ser soldado hoje

É não ter medo por si, mas recluir pelos outros
Aceitar a crítica, mesmo quando se julga ter razão
É ser forte, para não ter a tentação de usar a força.

Ser soldado hoje

É não estar ao serviço de ninguém, para estar ao serviço de todos
Buscar o máximo da capacidade, para não ter necessidade de usar
Aceitar o risco e o sacrifício para a vida dos outros ser mais cómoda e mais segura.

Ser soldado hoje

É acreditar no futuro, quando os outros duvidam do presente
Ser um referencial de estabilidade, num mundo em mudança
E mostrar pelo exemplo não ser movido pelo lucro e ambição.

Ser soldado hoje

É ser jovem do seu tempo e respeitar o passado
Ser exteriormente civil e fardado no seu íntimo
Sendo militar por inteiro, quando tal for necessário.

Porque ser soldado

É ser igual e diferente dos outros
Igual porque cidadão sem privilégios
Diferente porque dá mais que recebe
Diferente porque firme quando outros vacilam
Orgulhando-se da diferença e aceitando a igualdade.

Não ao poder, do poder, pelo poder

Sim ao poder, de poder deixar fazer
Não a desistir, de se defender
Sim a estar preparado para combater
Para poder dizer não à glória da vitória
E sim à vitória de não haver guerra.

Ser soldado hoje

Para que ontem possa ser amanhã
Para que amanhã possa ser futuro.



Ser soldado hoje...

com os meus cumprimentos,
Agradece e retribui os amáveis votos
de Boas-Festas

Smmy



ESCREVEM OS SÓCIOS...



...de COIMBRA

Um artigo de opinião de José Maia, Presidente da Delegação.

«Que de uma vez por todas se entenda que somos credores, não devedores...»

Existem poucos sócios que vêem a ADFA com o verdadeiro sentido que levou à sua formação por uma geração que foi a verdadeira reserva moral da Associação. A ADFA está a viver um momento muito mau. Os sócios, a grande maioria, deixaram-se prostituir pelo materialismo, e esquecem por completo os seus deveres. Exigem direitos para que não contribuam no mínimo. Limitam-se a ser pagadores de quotas «alguns», tais aranhas venenosas rendilhando a sua teia com a hipocrisia, a impotência e a mediocridade. Os valores, os altos valores da Associação dos Deficientes das Forças Armadas, não se podem nem devem diluir no mero pagamento da quota. Infelizmente, e em muitos casos, nem esse elementar compromisso é satisfeito. Torna-se fácil crucificar Órgãos Sociais por aquilo que não se faz. O que é feito é imediatamente subvalorizado. Tal estado de coisas não pode continuar.

Acredito naqueles que durante anos fizeram parte de Órgãos Sociais e deram o seu melhor?!... Existiram, e ainda existem?!... os que, pela sua abnegação, espírito de sacrifício e carisma associativo se distinguiram no seio a ADFA. Alguns ainda cá andam! Até quando?

Outros, e lembro-me de alguns, foram escorraçados da ADFA como cães raivosos pelo crime de defenderem os seus ideais em prol da ADFA. No entanto deixaram uma obra que nada nem ninguém poderá apagar. A História se encarregará de fazer justiça.

E os outros? Aqueles que continuam a dar o seu esforço, desbaratando pedaços da sua vida e dos familiares em defesa de tantos que se limitam à acomodação de maldizer e nada fazer?!...

Estes estão cansados. Sentem-se isolados.

Cometeram-se e cometeram-se erros? Eles são parte integrante do quotidiano humano. Também fazem História. É uma verdade irrefutável.

Cada vez mais se perde a ideia que o deficiente militar é apoiante incondicional da ADFA. Cada vez isso acontece menos. É preciso que o deficiente e o ferido militar se reconheçam na ADFA. Tal só acontecerá com o traba-

lho de todos. «Sócios, Órgãos Sociais, trabalhadores e simples colaboradores». Só acontecerá se todos verificarem que somos elementos da mesma equipa trabalhando para o mesmo lado. Elementos que não se limitem a ter na cabeça o mapa dos depósitos das pensões. Não se pode querer voltar quinze anos atrás e ser uma organização com elevadas percentagens de militância. Pensar assim é utópico, mas os índices estão demasiado baixos, demasiadamente baixos.

Administrativamente a ADFA terá de ter profissionais competentes para os mais variados sectores, mas deverá apoiar e aproveitar a experiência daqueles que há muitos anos dão o seu melhor à ADFA, ultrapassando largamente as suas competências e atribuições profissionais ao serviço da Associação.

Cada vez mais garantir a qualidade competitiva é inevitável. Deve-se pagar o que for preciso dentro dos condicionalismos existentes, mas deve-se ter uma atitude isenta e justa em relação a quem trabalha, para assim se concretizar o projecto da independência da ADFA nos mais variados níveis.

Os trabalhadores terão necessariamente de ter uma atitude profissional, honesta, participativa, sem descurar nunca o vector associativo e ser remunerados como tal.

O projecto da Direcção Central está a falhar rotundamente. É difícil assacar as culpas, mas «a priori» é possível ver que o caminho actualmente seguido não é o mais indicado. Somos hoje uma máquina muito pesada. Os Órgãos Sociais Centrais sentem a falta de participação dos sócios, tal como se passa em relação aos Órgãos de Delegações, mas em Lisboa há condições que não são aproveitadas. Da parte de muitos associados, existe uma inoperância preocupante. A ADFA, como muitas outras organizações, corre o risco de acabar. A ADFA tem hoje fora de si a sua própria reserva moral. Os sócios não se juntam em redor da Associação. São hoje na generalidade, uma massa inerte. Os que continuam defendendo os ideais da ADFA, acabam por se sentir unidos à volta do nada, em parte por indiferença, e também porque não existe projecto credível, nem cumprimento de promessas. Somos uma organização à beira da extinção!...

Os interesses motivados por ideais pessoais que nada têm a ver com a ADFA, e até pela forma louca e desordenada, em termos éticos, como se vive hoje, levou a ADFA

a afastar-se de projectos culturais, entre outros. É a luta pela sobrevivência, onde o dinheiro tudo comanda. Não há verba não se faz. E pronto! Não se respeita o trabalho nem a dignidade de quem, em prol do colectivo, teima em lutar contra a corrente. É o cair no inevitável abismo da segregação e indiferença da onnipotente sociedade de consumo, que lançará nas trevas as grandes lutas que ainda se travam, ignorando o respeito que nos merece a memória de todos aqueles que já nos deixaram.

Não se pode ter em mente só a angariação de sócios. Há que cativar todos para a problemática da ADFA, direitos e deveres, sem elitismos.

O grande projecto da ADFA deve basear-se em três vertentes fundamentais: cultural, social e associativa. Todos juntos devemos perspectivar uma situação em que todos se reconheçam. A ADFA deverá manter e reforçar a filosofia que levou à sua formação, quando não, deixará de ser a ADFA. Quando isso acontecer estará a dar o «xeque-mate» a si própria. O mesmo é dizer a toda a vasta família dos deficientes militares.

A maioria está a entrar, e muitos já entraram, num ciclo da vida de grande importância: «A TERCEIRA IDADE». Não poderemos ter medo. Sabemos o que é a violência da guerra, por isso não a queremos. Nada nos move contra o Estado, a não ser a exigência de direitos fundamentais que continuam a ser violados. Muitos deficientes militares continuam a ser massacrados, expoliados e espezinhados. Continua a não haver a justa consideração nem pela ADFA, nem pelos seus associados, apesar dos rebufados lançados de vez em quando. Quaisquer que seja os sócios que assegurem a responsabilidade de aceitar os cargos para os Órgãos Sociais, terão de ter um pensamento: repudiar energicamente as manobras do Estado em relação aos deficientes militares.

Que de uma vez por todas se entenda que somos credores, não devedores.

José Martins Maia
Sócio 244

...do PORTO

«CONTRIBUTO PARA DEBATE SOBRE A REVISÃO ESTATUTÁRIA»

De há muito que se vem manifestando a necessidade de uma revisão estatutária que dê corpo a uma vida associativa mais harmoniosa, com definição mais clara dos seus objectivos — verdadeira razão da existência da nossa Associação — e, com uma estrutura mais adequada que permita, em tempo oportuno, dar as respostas convenientes aos desafios com que, a todo o momento, a ADFA se vê confrontada.

O plenário do 3.º Congresso Nacional, exprimindo a elevada atenção com que é seguida pelos sócios, a vida associativa, aprovou por unanimidade uma proposta/recomendação de, até finais de 1990, se concluir a necessária revisão dos Estatutos. Deste resultado se poderá inferir que a vontade de novo Estatuto é anseio da ADFA no seu todo, e que, o espaço de ano e meio proposto para debate, significa que o novo Estatuto deve prevenir ambiguidades, sendo a sua leitura clara e igual para todos nós.

A MAGN, como lhe competia, assumiu o papel dinamizador do processo de revisão estatutária, pondo-o em marcha com o envio às Delegações de um ofício datado de 9 de Outubro passado, nele propondo a metodologia a seguir.

Está de parabéns a MAGN porque assumiu, na hora certa, esta função dinamizadora, que lhe cabe por inteiro. No entanto, depois de ouvir, de ler, de analisar o citado ofício, fico com a dúvida se a metodologia apontada se coaduna com o tradicional modo de participar dos sócios na vida associativa, o qual tem a ver com o lugar que a ADFA ocupa na sociedade portuguesa.

Penso que há diferenças entre o pedir aos sócios participação para apresentarem propostas de Estatutos, e o pedir apresentação de pontos possíveis de alteração, para que outros deles se sirvam para fazerem a

proposta de revisão através dum grupo específico de sócios ou se se pretende uma participação aberta a todos os sócios. Por mim, não tenho dúvidas em me penitenciar de um possível erro de interpretação e, a fazê-lo, será com toda a satisfação.

Para já, a realidade positiva é que o processo está em marcha, e nele todos temos o dever de participar porque os Estatutos que vierem a ser aprovados serão para toda a ADFA e todos nós seremos co-responsáveis no seu cumprimento. Não cabem na construção do futuro os que atrás ficam a criticar; o futuro é construído pelos que debatem, mas que executam e seguem em frente.

Creio não se pretender a obtenção dum guia regulamentador ao pormenor das diversas formas de actividade associativa. Para tal, se devem criar, no futuro, os necessários regulamentos internos. Creio que os novos Estatutos devem definir o modelo de organização que pretendemos, quer em termos orgânicos, na forma como se implantará no espaço geográfico, quer nas vertentes por onde orientará a sua acção.

A minha participação tem por objectivo contribuir para o melhor esclarecimento de todos nós. Esta, para atingir os objectivos a que a propoção deverá ter a sua expressão através do Jornal ELO. Que todos os que sentem poder contribuir com a sua opinião, sobre qualquer área, que a coloquem em letra de forma no nosso Jornal, não ficando a integrar o grupo dos que, a criticar, ficam para trás. A minha intenção não é, não vai ser, o da intransigente defesa das minhas opiniões mas, tão-somente, o de as lançar para o debate com vista a enriquecer o confronto das diversas perspectivas possíveis para que, no fim, todos estejamos mais esclarecidos e melhor preparados para a escolha dos convenientes Estatutos.

Não sou, nunca me assumirei, como técnico de Estatutos, por isso não me vou preocupar com a forma como elaborar o articulado. Pretendo, tão-somente, debater as linhas gerais que, nos diferentes aspectos, o orientarão. Não esconderei as minhas opções mas não me esgotarei na sua defesa. Ponho-as à consideração de quem lhes quiser dar atenção. Na Assembleia Geral de aprovação lá estarei e, no meu jeito de sempre, com maior ou menor capacidade, a defender a razão dos meus argumentos. O que vier a ser aprovado pelos sócios será, para mim, sobera-

no, quer tenha ou não o meu apoio anterior. Considero cumprido o meu dever de sócio por, sem tibieza, pôr à consideração dos outros as minhas opções e opiniões.

Para a correcta e corrente revisão estatutária temos uma excelente base de análise, que é a experiência associativa com diferentes formas de estar correspondentes às diferentes formas estatutárias que serviram de suporte à evolução do nosso processo associativo.

Uma primeira fase, que demorou até 1977, que se caracterizou pelo esforço de implantação e legalização da ADFA pelo debate interno e pela permanente luta reivindicativa; uma segunda fase, que durou até 1982, que se caracterizou pelo esforço de consolidação e reconhecimento institucional, pela descentralização e reestruturação e pela definição dos nossos grandes objectivos. Por último, a terceira fase, a actual, que se caracteriza pelo esforço de implementação das condições necessárias para que a realização dos objectivos definidos seja concretizada. De salientar neste período o esforço que tem sido dirigido para a nossa afirmação a nível internacional.

É interessante verificar como o caminho percorrido vai em paralelo com a evolução política da sociedade portuguesa pós 25 de Abril.

Olhando para os actuais, que terão, no aspecto técnico algumas dificuldades de interligação do seu vasto articulado e que, neste âmbito, se assumem como regulamento exaustivo, julgo poder considerá-los já como uns excelentes Estatutos, mas penso que os futuros deverão ter uma expressão mais simplificada, o que não significa que menos coerentes.

Este artigo é o princípio da minha participação na revisão estatutária. Vou integrar um grupo de trabalho na Delegação do Porto, onde darei a melhor das minhas capacidades e vou continuar a participar em cada ELO com artigos abordando temas que julgo merecerem maior debate. Colaborei, também comentando as participações de outros sócios com as minhas e confrontando as opiniões.

Não, não quero ficar para trás; sou muito ambicioso e como tal, quero seguir com os participantes na construção de um futuro melhor. Só ficarei satisfeito se contribuir de algum modo, por muito pouco que seja, para esse futuro. Termina por hoje referenciando os temas que irei abordar em futuros artigos mencionados

Nota do Director:

Congratula-se a Direcção do ELO que comecem a ter eco os seus frequentes apelos à participação dos sócios neste jornal que é, afinal, de todos nós.

Proseguiremos tal objectivo, divulgando toda a colaboração prestada com carácter pertinente e construtivo, assumindo-se, democraticamente, a publicação de opiniões divergentes de entendimento mas convergentes no sentido de engrandecimento e dignificação da ADFA.

→ pela ordem que irão surgir:

- 1 — Clarificação dos grandes objectivos da ADFA e das linhas de orientação (artigos IV e V dos Estatutos Centrais).
- 2 — Clarificação de quem e como pode ser sócio da ADFA (artigo VI).
- 3 — Definição da estrutura orgânica nacional e local (capítulos IV e VI dos Estatutos).
Sobre este ponto irei abordar figuras como Direcção Central, Direcção Nacional, Secretariado Nacional e

Secretário Geral, Conselho Geral e Presidente, no âmbito de algumas possíveis formas estruturais.

- 4 — Abordagem do artigo III dos actuais Estatutos — implantação da ADFA no território nacional.

Ainda, neste ponto, procurarei abordar os conceitos de autonomia, de descentralização, de desconcentração, de delegação, etc.

Saudações associativas. Boas Festas para todos, incluindo seus familiares. Até ao próximo ELO.

Luís Noronha
Sócio 1625

DELEGAÇÕES

PORTO 15.º aniversário da Delegação 7DEZ89

Cumprido todo o programa previamente divulgado, culminando com o

nhados do sócio trabalhador na Sede, Amândio Antunes.

O Presidente da DC pôde constatar o empenho dos trabalhadores da Delegação, salientado pelo Presidente da DD



jantar-convívio, constituiu motivo de regozijo a presença dos Presidente e Secretário da MAGN, do Presidente da Direcção Central e do Director do ELO, este também elemento da DC, acompa-

que, em breves palavras de apreço a todos os sócios, em geral, e à DC, em particular, fez sentir que a actuação da Delegação procurará estar sempre apoiada no diálogo franco e aberto.

Festa de Natal

(Ver notícia última páginas)

Férias:

Conheça a Europa fazendo campismo!

Tendo diversos associados da área da Delegação vindo a pensar na possibilidade de se poder organizar, durante o normal período de férias, um passeio por diversos países da Europa, na modalidade agradável (e económica...) que é o campismo, vai tal ideia ter possibilidade de concretização.

Portanto, se gosta de viajar e conhecer outros países e a sua História, informe-se já junto à Secretaria da Delegação, pois as inscrições, limita-

das, estão abertas só até ao dia 28 de Fevereiro próximo.

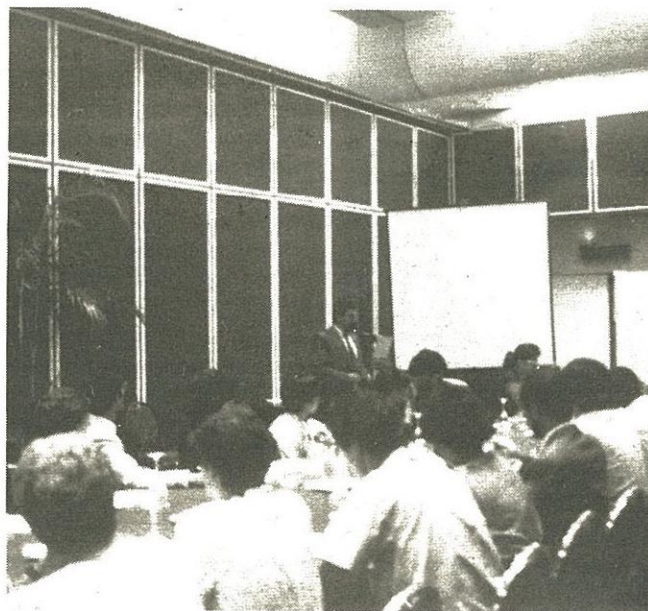
Podemos avançar, no entanto, que um preço de cerca de seis dezenas de contos, dá para uma viagem de 11 dias, estando a canadiana de casal para dormida, a alimentação variada e bem portuguesa (no possível), bem como a marcação dos parques de campismo a cargo da organização.

Tome nota: Agosto de 1990, Espanha, França e Suíça, passando por Burgos, Bordéus, Paris, Estrasburgo, Génève, Grenoble, Nimes, Carcassonne, Burgos e Porto.

Nada mau!

Projecção nacional

do Centro de Reabilitação do Porto



Tal como referido na página 7, o Director do Centro de Reabilitação do Porto deslocou-se a Macau, a convite do respectivo Instituto de Acção Social

REVISÃO ESTATUTÁRIA

— um acto associativo consciente e inadiável!

No intuito de promover uma vasta mobilização e participação associativas, tendentes a discutir e elaborar um projecto de revisão estatutária de consenso nacional, com base em decisão e determinação do III Congresso Nacional da ADFA, decidiu, em boa hora, a MAGN enviar a todas as Delegações um ofício, cujo teor adiante se transcreve.

Ultrapassado o prazo de envio àquele Órgão das propostas e sugestões referidas e sendo do conhecimento do ELO que até ao momento é diminuto o trabalho apresentado, apela à sensibilização de associados e Ór-

gãos Sociais, para um rápido envio à MAGN de todo o material já disponível, se pretendemos, com dignidade e seriedade conforme já demonstrámos, efectuar uma revisão estatutária que modernize e engrandeça, tal como desejamos, a ADFA dos anos 90.

Recorda-se que a última alteração se efectuou em 29 de Janeiro de 1983, e que a aprovação de nova revisão, nos termos do n.º 2 do Art.º 33 dos Estatutos da ADFA, só é possível em reunião de Assembleia Geral Nacional convocada para o efeito, sendo exigido o voto favorável de 3/4 dos sócios nela presentes.



Data: 9/10/89

Dando seguimento à resolução do 3.º Congresso Nacional, que apontava a necessidade de revisão dos Estatutos, aconselhando que esta fosse efectuada durante o ano de 1990, pretende a MAGN dinamizar o processo e para tal deseja ouvir inicialmente os Órgãos Sociais Centrais e Locais, em relação a:

- 1 — Áreas em que deve incidir a revisão;
- 2 — Sugestões sobre a mesma revisão.

Entende a MAGN que, só depois de as Delegações se pronunciarem, deverá, com o apoio dum

grupo de associados e dentro do espírito de trabalho em equipa que deseja fomentar, tentar elaborar um documento de base, a ser discutido nas Delegações, o qual, com as sugestões ou críticas apresentadas, virá a ser apreciado pelo Conselho Nacional, tendo em vista a elaboração dum Projecto de Estatutos a discutir em Assembleia Geral Nacional a convocar expressamente para o efeito.

Solicita-se que os elementos pedidos sejam remetidos até 30 de Novembro p.f.

O Presidente da MAGN
A. Reis Santos

Formação profissional

Novos cursos em 1990, Lisboa

Iniciam-se já em Fevereiro novos cursos de Formação Profissional, na Sede, pelo que os interessados deverão fazer as suas inscrições até ao fim do mês de Janeiro próximo. (*)

Chamamos a atenção, reforçando o que foi escrito na rubrica «Correspondência», deste mesmo ELO, em resposta a uma carta de um sócio, que nem só os associados da zona de Lisboa podem inscrever-se, devendo os

candidatos procurar informar-se, pessoalmente ou por telefone, junto dos serviços próprios do Departamento de Formação Profissional, o mais rápido possível.

São os seguintes os cursos a ministrar:

A) — Reabilitação

1. Cerâmica(*)
2. Técnico de Artes Gráficas(*)
3. Técnico administrativo
4. Técnico de Frio I
5. Técnico de Frio II

B) — Qualificação pós-laboral

1. Tecnologia TV/Vídeo I
2. Tecnologia TV/Vídeo II
3. Microssoldadura

C) — Especialização pós-laboral

1. Electrónica digital
2. Electrónica analógica
3. Pintura de cerâmica

(*)NOTA: Para estes dois Cursos inscrições só até 8 de Janeiro próximo.

Sócio da ADFa cooperante da Cruz Vermelha Sueca em Luanda



ocupado. Como exemplo, frisou que quase todo o material para as próteses é de origem europeu, muito dele alemão, considerando, no entanto, que o Centro de Reabilitação do Porto tem condições óptimas de competir neste campo.

Querendo ELO também saber que condições encontrou em Luanda, o nosso entrevistado informou-nos que o Centro Ortopédico Neves Bendinha, instalado com subsídio sueco e com apoios do Ministério da Saúde e da Cruz Vermelha de Angola, possuindo instalações e maquinaria das mais modernas, contando com a colaboração de quatro técnicos suecos, um norueguês e três portugueses, assiste gratuitamente cerca de mil pessoas, entre militares e civis, tendo já sido entregue cerca de 750 próteses. Para melhor se ter uma noção do trabalho efectuado e das necessidades, Horácio Ferreira disse-nos que embora a sua equipa produza, em média, dez aparelhos por mês, isso está muito longe de chegar.

Finalmente, e em jeito de despedida, recordando

Aproveitando uma curta estada de férias em Lisboa do nosso sócio Horácio Ferreira, antigo trabalhador na «Contabilidade» da Sede e também um dos nossos bons atletas, pedimos-lhe uns minutos de conversa, a que prontamente acedeu.

Tendo tirado o curso (Formação Profissional) de técnico de próteses e ortóteses no Centro de Reabilitação do Porto/ADFA, em 1987, a que se seguiu um estágio de 6 meses no Serviço de Fisioterapia do Hospital dos Capuchos (Lisboa), aproveitou umas férias em Luanda, exactamente entre o curso e o estágio, para contactar a delegação do Comité Internacional da Cruz Vermelha, naquela capital, no intuito de saber quais as possibilidades de trabalhar no âmbito da acção daquela organização em Angola. Sendo informado que o Comité não dispunha de qualquer vaga, foi-lhe no entanto dito que a Cruz Vermelha Sueca iria ali abrir um Centro Ortopédico muito em breve.

Horácio Ferreira resolveu então comunicar directamente com a Sede daquela organização, em Estocolmo, a qual imediatamente se mostrou in-

teressada na sua colaboração, ficando acordado que logo que o Centro estivesse concluído começaria a trabalhar. E é assim que em Janeiro deste ano recebe um bilhete para Luanda e aí se instala.

Quanto ao seu trabalho, o nosso sócio diz-nos que embora o seu curso técnico se mostrasse capaz para as necessidades



básicas que foi encontrar, talvez que pudesse ser estruturado de forma diferente em função de uma cooperação que ele sente ser prmente desenvolver, na medida em que Portugal, e a ADFa, podem estar a perder posição num terreno perfeitamente capaz de ser

o seu tempo de atleta, o nosso associado revelou, prometeu, que não tendo encontrado em Angola qualquer estrutura de apoio ao desporto para deficientes vai procurar interessar-se por isso, interessando as respectivas entidades oficiais daquele país.

SAÚDE E MORTE

Dos jornais...

Muito embora as notícias sobre saúde, quer a nível nacional quer a mundial, sejam, por vezes, bastante alarmantes, o que é facto é que se elas souberem ser lidas, e respeitadas como informação útil, algumas coisas podiam mudar, nomeadamente no respeitante a hábitos alimentares prejudiciais, os quais, para além de serem difíceis de emendar são, muitas vezes, piorados, graças a bem conseguidas, mas enganadoras, campanhas de publicidade.

Em rápida vista de olhos por alguns jornais, de Setembro a Novembro, e com base em entidades que vão desde a OMS — Organização Mundial de Saúde e a FAO — Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação, até às nossas Sociedade Portuguesa de Cardiologia — SPC e Centro de Estudos de Nutrição — CEN, passando por dados estatísticos do INE, podemos ver como se interligam e completam as várias notícias.

Assim, fica-se a saber que, a nível mundial, «um em cada cinco seres humanos — num total de mil milhões de pessoas — sofre de doenças, debilidade física ou fome», sendo que «as áreas mais afectadas por doenças pertencem a países pobres de África, Ásia e América do Sul» (OMS/CM), o que é corroborado pela informação (FAO/DN) de que «700 milhões de pessoas vivem em pobreza absoluta e que mais de 500 milhões têm fome crónica», ao que não será alheio o facto de todos os anos se perderem «6 milhões de hectares de terra valiosa e outros 21 milhões se degradarem de tal maneira que não conseguem produzir alimentação», sendo urgente «a prioridade a dar na conservação e reabilitação dos recursos naturais, a formulação de políticas e programas que promovam o desenvolvimento agrícola ecologicamente racional e a conciliação das necessidades imediatas dos camponeses pobres, com a conservação do ambiente, a longo prazo» e sendo, para isso, premente «que se adoptem sistemas de produção agrícola sem perigo, capazes não só de alimentar a população mundial mas também de preservar os equilíbrios necessários ao amanhã» (idem).

A nível nacional, a hipertensão, que «continua a ser uma das causas mais vulgares da mortalidade humana, em especial ao potenciar o acidente cardíaco-vascular e a doença coronária isquémica», afecta cerca de um milhão

e meio de portugueses, dos quais, precisamente, 8775 morreram em 1988 (6590 morreram por enfartes agudos do miocárdio), não sendo estranho a esta autêntica tragédia, o excesso de sal na nossa comida, além de que ela própria é, também, por vezes (bastantes vezes...), em demasia (muita e pesada!).

Ao contrário do que se pode julgar, «há fome mesmo na abundância», já que «a nossa alimentação é deficitária a nível de proteínas e não de calorias», ao mesmo tempo que «os hábitos alimentares dos portugueses têm vindo a ser escravizados pelas modas importadas e pelo abuso de gorduras, álcool e açúcar», afirmando os nossos nutricionistas que alguns dos erros criados são causados pela publicidade televisiva (SPC/J. INE/J e CEN/DN).

E entre esses hábitos alimentares, o que leva ao alcoolismo é um dos mais graves: em 1988 verificaram-se 2806 óbitos por doença crónica de fígado e cirrose, quasi tantos como os mortos na estra-

da (2824), sendo que muitos dos acidentes, causadores dessas mortes, foram provocados por excesso de álcool nos condutores...

Para terminar esta breve análise, o drama de uma civilização que persiste em tomar como grande vítima o que devia ser o seu futuro: continuam a morrer, anualmente, cerca de 2,8 milhões de CRIANÇAS, devido a enfermidades como a poliomielite, o tétano, o sarampo, a difteria e a tosse convulsa e cerca de 4 milhões devido a diarreias não controladas e provocadas por bactérias e parasitas, sendo que 65 por cento destas últimas, poderiam ser evitadas se houvesse substituição da perda de fluidos corporais por parte dos doentes (OMS/CM).

De salientar que, em certos casos, os males «anunciados» até podem ser tão simples de prevenir: «empanturrar os bebés só serve para criar-lhes hábitos e vícios metabólicos de todo desaconselháveis» (dr. Falcão de Freitas, SPC/J).

Nota... gritante!

Este artigo devia ter saído em Novembro, como tantos outros, mas não foi publicado por falta de espaço. E quase que poderia ter acontecido o mesmo este mês, só que a Redacção, devido à época «festiva» que atravessamos e dado o facto de ter sido apresentado ao Mundo, ao nosso Mundo, um relatório da UNICEF, a Redacção, dizíamos, entendeu que todos textos menos este, poderiam ser excluídos.

E que é Natal, e ficámos a saber que «o facto de o Terceiro Mundo gastar mais em armamento e no pagamento da dívida externa do que na saúde e na alimentação poderá condenar 100 milhões de crianças à morte nos anos 90», (do Relatório).

1 0 0 0 0 0 0 0 0 !
10x10 000 000! Dez vezes a população deste país! Mais do que todas as guerras dos últimos séculos; dezenas de vezes mais do que as vítimas

do odioso extermínio decretado por Hitler!

Num documento que comprova e reforça tudo o que ficou escrito anteriormente, afirma-se que os custos necessários para a vacinação de todas as crianças em perigo e dos medicamentos para combater a desidratação e a pneumonia situam-se nos 2,5 mil milhões de dólares anuais, verba que à primeira vista parece enorme, mas que passará a escandalosamente irrisória se soubermos que é quanto se gastará nos EUA em publicidade ao tabaco ou na URSS em vodka (o que, ainda por cima, obriga a enormes gastos em campanhas anti-tabaco e anti-álcool e em pesquisas e tratamentos...).

Para resolver, ou tentar resolver, esses problemas nos anos 90, a UNICEF apelou para uma cimeira mundial sobre a infância, em Setembro próximo, na Sede das Nações Unidas. Só que, dizemos nós, pelas nossas contas, já terão morrido mais 7 ou 8 milhões. Será que essa reunião não pode ser já amanhã?



CARTÕES DE NATAL
unicef



Quanto a este anúncio, não liguem à primeira frase, ou então entendam-na como deve ser. Isto é, comprem cartões em qualquer altura do ano.

É QUE PARA ESTAS CRIANÇAS É NATAL SEMPRE QUE ALGUÉM LHES ESTENDE A MÃO, SEMPRE QUE TÊM DE COMER, SEMPRE QUE UM SORRISO DEIXOU DE SER SONHO OU ESPERANÇA!

NOVA SEDE — Subsídios e donativos garantem a obra!

Não sendo muito extensas as notícias sobre a nova Sede, elas são, no entanto, uma agradável prenda de Natal e um bom augúrio para 1990: confirmadas as dotações governamentais para a construção, será adjudicada muito em breve a sua 1.ª fase, nos termos do concurso já efectuado e de que a foto dá imagem da abertura das várias propostas recebidas.

Não sendo possível, por enquanto, adiantar mais quanto a este assunto, esperando fazê-lo, no entanto, com mais pormenor já no próximo ELO, passemos à listagem de donativos recebidos neste período e que fazem ultrapassar bastante a difícil barreira inicial dos primeiros mil contos:

Transporte (15 Nov. 89) 986 400\$00
SÓCIOS

N.º	NOME	QUANTIA
(Sede)		
1199	Mário S. Mendes	10 000\$00
5290	Manuel F. Tavares	10 000\$00
164	José S. Pires	20 000\$00
8576	Fernando P.B. Camacho	10 000\$00
769	Viriato J. Lopes	10 000\$00
584	José R. Camilo	10 000\$00
1815	José X.C. Prata	10 000\$00
7939	Quirino P. Pato	10 000\$00
9518	Aurélio J.A. Arraião	25 000\$00
1892	José Cardoso	10 000\$00
1111	Joaquim M. Fernandes	10 000\$00
11 721	Joaquim D. Dias	5000\$00
615	Quintino S. Ribeiro	5000\$00
206	Armando B. Conceição	5000\$00
1528	António S. Oliveira	3000\$00
8036	Victorino M. Fernandes	2000\$00
10 399	Pedro Jaquécene	2000\$00
11 188	Alberto J.F. Macedo	5000\$00
4643	Manuel A. Rui	5000\$00
9425	Liakatali Fakir	1000\$00
91	Mário G. Silveira	5000\$00
9901	Marcelino Sá	3000\$00
11 032	António P. Pestana	1000\$00
67	Joaquim M. Felícia	5000\$00
7089	Manuel J. Raimundo	6000\$00
6673	António M.D. Silva	5000\$00
1114	Avelino A. Carmo	1000\$00
7599	Carlos F.S. Lemos	5000\$00
5496	Francisco J.S. Rei	1000\$00
3721	José Alves	5000\$00
1897	Manuel J. Barão	2000\$00
(Bragança)		
2983	Adérito P. Nogueira	1000\$00
3154	Alberto A. Sá	1000\$00
10 916	Anselmo R.V. Ruço	1000\$00
770	Gilberto N. Fernandes	5000\$00
4949	Ademar A. Figueiredo	1000\$00
5444	Patrocínio S. Vitorino	1000\$00
5952	Valdemar S. Guerra	1000\$00
5020	Américo A.F. Seixas	1000\$00
4741	António J. Pereira	2000\$00
6680	Horácio A. Fernandes	1000\$00
5385	Francisco I. Paz	1000\$00
(Viseu)		
6439	Jorge M.F. Sá	13 000\$00
684	João M.S. Gonçalves	10 000\$00
908	Narciso B. Pinheiro	1000\$00
1404	Arnaldo D. Pereiro	1000\$00
11 019	Fernando Pereira	1000\$00

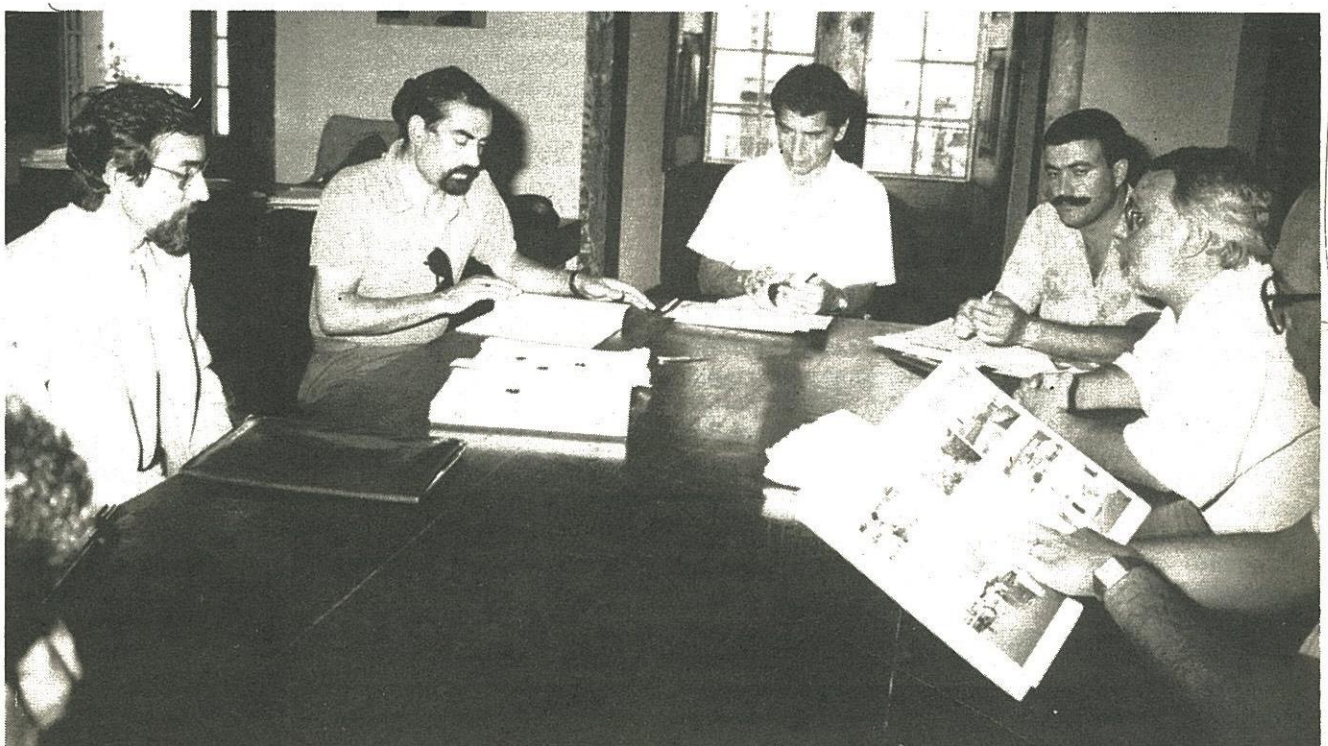
(Funchal)		
8409	José A. Ferreira	5000\$00
9793	José L.C. Pinto	1000\$00
10 567	Manuel N. Gouveia	3000\$00
2522	José A. Nóbrega	1000\$00
2809	Adelino G. Góis	5000\$00
5892	Carlos A. Fernandes	1000\$00
5947	António P.F. Matos	1000\$00
125	João Teixeira	1000\$00
6677	João C. Agrela	1000\$00
4252	Manuel B. Costa	2000\$00
5653	Justino Rodrigues	10 000\$00
5696	João G.V. Freire	1000\$00
5646	José G. Diogo	1000\$00
8135	Manuel E.R. Abreu	2000\$00
(Porto)		
11 676	Rodolfo S. Rosas	10 000\$00
4333	Fortunato A. Gonçalves	2000\$00
2340	Manuel A. Araújo	5000\$00
1584	Manuel C.F. Vasconcelos	2200\$00
8193	Alexandre H.B.C. Lima	10 000\$00
7989	Cândido P. Reis	2600\$00
580	Abel A.S. Fortuna	10 000\$00
11 658	Dinis P. Costa	1000\$00
(Faro)		
1984	José X.C. Prata	4000\$00

N/SÓCIOS

NOME	QUANTIA
(Sede)	
ELFE, Ld.ª	15 000\$00
Raul N. Pinheiro (CCaç 2655/A-70/72)	2000\$00
Fernando Sampaio (BCaç 1872/M-65/67)	1000\$00
A.M. Teixeira (CCaç 2655/A-70/72)	5000\$00
EMAPSA	30 000\$00
Jorge M. B. Miranda, Gen. FA	5 000\$00
Anónimo	50 000\$00
A transportar (15/Dez/89)	1 425 200\$00

Antes de terminarmos, um desafio, melhor até, uma aposta: a de que no próximo ELO os 2 000 000\$00 (dois mil contos!) serão atingidos. É só dar um empurrãozinho.
 E um segredo (do tipo «só nós dois é que sabemos...»): prepara-se um espectacular sorteio para 1990, entre os contribuintes desta campanha, havendo já magníficos prémios assegurados e outros a caminho... Habilitem-se!

Última hora:
 Acabada de receber a confirmação, por ofício de 27/12/89 do Gabinete do Secretário de Estado da Defesa Nacional, da atribuição de uma verba de mais cem mil contos, escalonada por 89, 90 e 91, para a construção da nova Sede, aguarda-se a assinatura de um protocolo conjunto com outros departamentos governamentais, incluindo já os restantes subsídios.
 Mostrando que a SOLIDARIEDADE não é uma palavra, nem uma ideia, vã, os nossos associados e amigos vão, com certeza, reforçar o seu empenho na «CAMPA-NHA DE FUNDOS», de modo a avançar-se ainda com mais força e vontade no desafio a que a ADFA, no espírito colectivo do seu III Congresso, se lançou.



ASSISTÊNCIA MÉDICA E PSICOSSOCIAL

VISEU		SEDE	
SEGUNDAS:	Clínica Geral/Dr. Jorge Silva Clínica Geral/Dr. António Jorge Barroso Psiquiatria/Dr. José Luís	15.00 H. 17.00 H. 15.00 H.	CLÍNICA GERAL Médico: sócio dr. Fernando Brito
TERÇAS:	Gastroenterologia (exames)/Dr. Júlio Barbosa Ortopedia/Dr. Idálio Braguês da Costa Clínica Geral/Dr. Jorge Silva	14.00 H. 15.00 H. 15.00 H.	Segundas e Quintas-feiras, às 14 horas, na Sede
QUARTAS:	Psiquiatria/Dr. José Luís Clínica Geral/Dr. António Jorge Barroso Psiquiatria/Dr. José Luís	15.00 H. 17.00 H. 15.00 H.	PSIQUIATRIA Médico: dr. Proença
QUINTAS:	Clínica Geral/Dr. António Jorge Barroso Ortopedia/Dr. Idálio Braguês da Costa Clínica Geral/Dr. Jorge Silva	15.00 H. 15.00 H. 15.00 H.	Terças-feiras, às 12 horas, na Sede
SEXTAS:	Psiquiatria/Dr. José Luís Clínica Geral/Dr. Jorge Silva Clínica Geral/Dr. António Jorge Barroso	15.00 H. 15.00 H. 17.00 H.	PSICOLOGIA dr.ª Paula Frazão
SÁBADOS:	Clínica Geral/Dr. Arnaldo Rodrigues Clínica Geral/Dr. Bernardino Campos	9.00 H. 9.00 H.	De Segunda a Sexta-feira, 9/12.30 h.
		ORIENTAÇÃO ESCOLAR E PROFISSIONAL Dr.ª Cecília Pires e Paula Frazão	
		Quartas-feiras, 9/12.30-14/18 h.	

As consultas de sábado efectuam-se na própria Delegação, obedecendo a uma marcação prévia.

Devido ao acordo feito com todos os médicos, futuramente em todas as consultas de Ortopedia (Dr. Idálio Braguês Da Costa), os associados suportarão a quantia de 750\$00 (Setecentos e cinquenta escudos), nas restantes especialidades as consultas são gratuitas.

As consultas efectuam-se todas no consultório médico da sede. As marcações são feitas no DASC, 1.º andar, por Luísa Braga, devendo o sócio indicar objectivamente qual a consulta que pretende, ou informar-se dos serviços prestados por cada uma. Poderá também fazer a marcação pelo telefone 346 21 67/8.

As sessões de Orientação Escolar e Profissional destinam-se a filhos de sócios e estão sujeitas a marcação prévia, a qual deve ser feita para Anabela, no departamento de Formação Profissional, também pelos telefones acima indicados.

BOAS FESTAS



BOAS FESTAS

LISBOA



Tendo como apresentador o nosso associado Sá Flores, realizou-se a tradicional Festa de Natal, no Lar Militar, em 16 de Dezembro, com a presença de cerca de uma centena de crianças e suas famílias.

Em primeiro lugar falou o Presidente da Direcção Central, José Arruda, que traçou os grandes objectivos, próximos, da ADFA, realçando, sobretudo aos mais novos, a necessidade de Paz e a constante lembrança que pelo Mundo há crianças menos favorecidas que sofrem e até morrem em zonas de conflito.

Seguidamente falou o sr. coronel Monteiro, Director do Lar Militar, que realçou a importância da família no apoio aos deficientes e acentuou o reconhecimento que os deficientes militares merecem por parte da Pátria.

O sócio Joaquim Castelinho leu, depois, uma mensagem de homenagem aos combatentes portugueses, designadamente aos que faleceram e aos que se deficientaram, tendo prestado público reconhecimento à ADFA pelo que proporciona em termos de reabilitação e de formação profissional.

Sá Flores apresentou então o primeiro grupo musical, o «Sol a Sol», composto por 6 elementos da Associação de Cegos e Amblíopes de Portugal (ACAP), que executou música tradicional portuguesa.

Actuou em seguida o Coro Infantil da TAP que

deliciou, com a sua juventude e a beleza das suas canções, todas as crianças presentes.

Posteriormente, a Carla, a Sandra, a Dulce e a Susana, naturais do Barreiro e que formam o grupo «Beijinhos Doces» alegraram os presentes com o seu ritmo e as suas melodias.

Depois, após uma história contada por Mário Neves, um grupo misto da Secção de Ginástica do Sport Lisboa e Benfica exibiu as suas qualidades atléticas.

E chegou o momento alto da festa: os palhaços «Didi e Zezé», sempre tão queridos pela pequenada com as suas peripécias e graças, fizeram-lhes as delícias durante algum tempo.

Passou-se à distribuição dos prémios do concurso de desenho subordinado ao tema do Natal, promovido pela ADFA/Sede, e atribuídos por um Júri oportunamente reunido:

- Ana Margarida Soares Dias, de 6 anos;
- Nuno Miguel Teixeira Ferreira, de 11 anos, e
- Ângela César, de 12 anos.



Terminaria, seguidamente, a parte musical da Festa de Natal 89, com a actuação do «Agrupamento Sain», da Fundação Raquel e Martin Sain que com uma rapsódia de música portuguesa e a «lambada» fez pular os presentes, antes do já tão ansioso e esperado lanche dedicado aos mais pequenos, que decorreu em são ambiente de amizade e camaradagem.

(Crónica de Carla Alexandra P. M., 15 anos)

Mas entretanto, e dentro das festividades próprias da época, realizou-se nas instalações da Sede, no dia 15, sexta-feira, um jantar de Natal oferecido aos trabalhadores e suas famílias que reuniu muitos deles, tendo a ocasião sido aproveitada para distribuição de algumas lembranças.

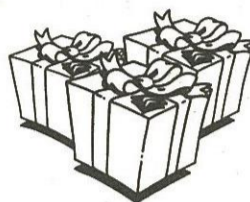
Na ocasião própria, o Presidente da DC realçou o empenho dos que aqui trabalham, afirmando que todo o esforço é necessário para acompanhar e vencer os desafios a que a ADFA está proposta.

PORTO



A quadra natalícia foi celebrada de modo descentralizado, começando em:

Santa Maria da Feira — 8DEZ



Após animado jogo de futebol entre sócios, seguiu-se um não menos participado almoço-convívio que juntou cerca de sete dezenas de pessoas, entre associados e família.

Na parte da tarde, no Salão Paroquial de Escal-

tarras Costa Verde (de que faz parte o sócio Jorge Pina), dos imprescindíveis palhaços e do conjunto musical «Os Marinheiros de Ovar», ao que se

animada, e festejada, distribuição de prendas.

Em todas estas reuniões imperou um elevado espírito de confraternização associativa.



pães, realizou-se uma jornada cultural com distribuição de prendas às crianças presentes.

seguiu a tão esperada distribuição de lembranças.

Viana do Castelo — 10DEZ



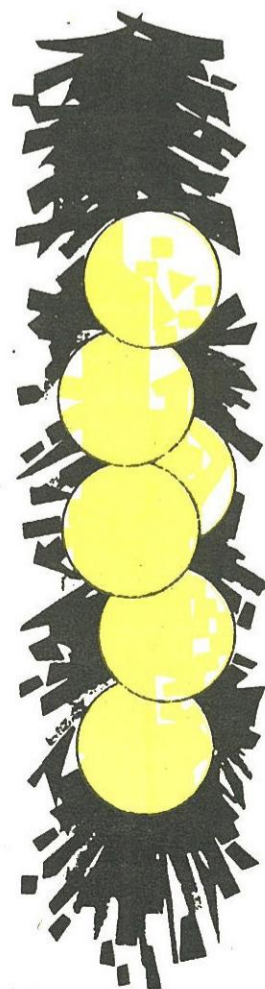
Porto — 9DEZ



Com a sala do Cine Júlio Dinis completamente cheia de sócios e famílias, destacando-se, pela sua animação, cerca de 130 crianças que puderam cantar e dançar num recinto junto ao palco, realizou-se um agradável espectáculo, de que destacamos as actuações do Grupo Coral de Perosinho, do conjunto de gui-

Tal como em Sta. Maria da Feira, cerca de sete dezenas de pessoas, sócios e familiares, se juntaram para comemorar esta época festiva, no Restaurante Martins, em Darque, propriedade de um sócio que, gentilmente, colocou à disposição as instalações necessárias e a respectiva aparelhagem sonora.

Após almoço, actuou o grupo de guitarras Costa Verde, com o sócio Jorge Pina, ao que se seguiu



FESTAS DE NATAL